

A questão da autonomia na proposta de reforma do ensino

João Cláudio Todorov¹

A proposta de uma mini-constituente da educação superior feita pelo Ministro Tarso Genro há um ano está começando a engrenar velocidade agora. A proposta teve um efeito político imediato de retirar do dia a dia as queixas, reclamações, exigências e sugestões que pululavam pelos meios de comunicação, gabinetes, universidades. Todos os interessados, dos reitores ao MST, foram convidados a dar suas opiniões. O texto do anteprojeto de reforma do ensino superior reflete os diferentes tipos de demanda, temperados pelo que determina o programa de educação do PT que ganhou a eleição presidencial. Está obviamente inacabado, e assim foi disponibilizado a todos para que o processo de discussão continue. Sua função é provocar a discussão fora dos ambientes corporativos. É o que está acontecendo no momento. A palavra final será do Congresso Nacional.

Estão acontecendo em todo o país discussões sobre propostas de modificações na legislação sobre o ensino superior, por iniciativa do Ministério da Educação. A proposta de discussão feita pelo Ministro Tarso Genro simplifica o trabalho do governo ao colocar no mesmo nível reivindicações das mais diversas entidades. Depois de amplo debate o governo federal deve enviar ao Congresso Nacional um projeto de reforma do ensino superior que dê alguma resposta a essas reivindicações. Não há condições para se prever quando ocorrerá alguma reforma universitária nem que tipo de reforma do ensino superior pode ser feita. A intenção do Ministro da Educação parece ser a de dar oportunidade a todas as entidades interessadas em alguma reforma para que explicitem e defendam seu ponto de vista em discussão aberta e de nível nacional. Quando a poeira baixar, em novembro talvez, um projeto de lei deverá ser enviado ao Congresso Nacional.

Reivindicações de mudança são características da instituição universitária. Alguém já disse que uma verdadeira universidade está sempre se renovando. Esta seria uma das conseqüências da au-

RESUMO

A atual proposta do MEC, de uma ampla discussão sobre o ensino superior, tem como objetivo a construção de um projeto de lei a ser enviado ao congresso revendo praticamente toda a legislação pertinente ao assunto. A proposta decorre da constatação de que, ao longo das últimas décadas, a área viu surgir novas e muito atuantes entidades representativas de docentes, servidores técnico-administrativos, dirigentes, mantenedoras, de entidades privadas, comunitárias e públicas, federais, estaduais e municipais, cada qual reivindicando alterações necessárias sob sua ótica particular.

Palavras-chave: reforma; ensino superior; autonomia.

tonomia que toda universidade deve ter. A autonomia como auto-governo nasceu com a universidade, mesmo antes do aparecimento dos Estados Nacionais. É a marca registrada das universidades, condição necessária e indispensável para a busca de seus objetivos de produzir e difundir conhecimento. Essa autonomia sempre foi sinônimo de liberdade, liberdade de ensino e pesquisa, liberdade para fixar programas e metas, liberdade para gerenciar recursos.

Autonomia, porém, não é soberania. À medida em que a sociedade se organiza, a universidade começa a ver limites. A princípio, os conflitos eram internos apenas, como a imposição de controle pelos alunos nas primeiras universidades do Mediterrâneo, as "Nações de Estudantes", onde os alunos contratavam professores, elegiam o reitor e definiam estatutos. Em Paris e Oxford, por outro lado, as universidades se organizam como corporações de mestres. A partir do século XVI os Estados Nacionais passam a ter grande influência. A liberdade acadêmica começa a ver limites (o livre pensar deixa de ser só pensar...). Começa a haver rápido desenvolvimento de novas tecnologias e a universidade é necessária para a formação de mão-de-obra adequada aos novos tempos (Steger, 1970).

No mundo atual, as universidades existem em interação com o mercado, tanto como fornecedor quanto como cliente, da mesma forma que os governos são fornecedores e clientes; com a sociedade civil organizada, que ora vigia, ora incentiva, ora reclama; com as novas corporações de ofício, as entidades das profissões regulamentadas, ciosas da formação de seus novos quadros; e, last but

not least, com os sindicatos de seus trabalhadores e com as entidades estudantis (Todorov, 1989 a; 1995 c).

O ano de 2004 começou com uma mudança conflituosa no Ministério da Educação. O novo ministro, como todo novo ministro, levantou os problemas da pasta e encontrou, no ensino superior, uma história antiga de reivindicações não atendidas, com igual número de problemas não resolvidos (Genro, 2004). Dadas as insatisfações gerais e as indefinições do governo, o Ministro Tarso Genro propôs 2004 como o ano da Miniconstituente da Reforma Universitária. Todos os protagonistas dos últimos vinte anos foram chamados para expor suas críticas e fazer suas propostas. O Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Técnico-Administrativos das Universidades Brasileiras (FASUBRA), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Academia Brasileira de Ciências (ABC), a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), a Associação Brasileira das Universidades Comunitárias, (ABRUC), a Associação Nacional das Universidades Privadas (ANUP), a Associação Brasileiras das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM), a União Brasileiras dos Estudantes Secundaristas (UBES), a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), o Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação (CONSED), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), mais CAPES, CON-

CEFET, ANAFISU, FNCE, ABMES, ANET, ANAFI, SINASEF, ANACEU, CNE, ANETA-NUP, CONTEE, etc. As entidades foram convidadas para reuniões periódicas no MEC, assistidas por uma Comissão Executiva encarregada de comentar e consolidar em documentos as mais diversas sugestões. Esses documentos foram tornados públicos (e.g., Guimarães, 2004) e outras audiências foram programadas para cinco regiões do país, com o intuito de colher novas sugestões.

O processo está em andamento. Há a esperança de que o tempo ajude a decantar idéias e aparar arestas. O problema maior está em que cada entidade propõe e responde a itens específicos. Predominam os interesses corporativos. Nas primeiras audiências apenas três entidades apresentaram visões gerais do sistema: SBPC, ABC e UNE. O CRUB colocou uma questão primordial, não contestada. A autonomia preconizada na Constituição é autonomia para Universidades, como tal se entendendo instituições voltadas para a produção e a difusão do saber. Entre as questões polêmicas, uma separa a ANUP da UNE: para a ANUP seu trabalho na educação superior não é uma concessão do Estado e por isso não deve haver regulamentação no sentido em que a ANATEL regula o setor de telecomunicações. Para a UNE e a maioria das entidades citadas a educação é um bem público; a iniciativa privada pode participar, mas sob controle público, do esforço nacional.

No setor público questões políticas e sindicais menores têm impedido a discussão maior que está em jogo. Há um projeto de Lei Orgânica do Ensino Superior, apoiado por ANDIFES, ANDES e FASUBRA que trata da organização de um sistema nacional interligado, com autonomia financeira (Todorov & Versiani, 1995; Todorov & Aragão, 1996; Todorov & Miranda, 1997) para as universidades federais, isonomia salarial e de carreiras e independência na escolha de dirigentes. Não haveria autonomia para universidades isoladas; a autonomia seria do novo sistema - Uma super universidade única? (ANDIFES, 2004). Propostas de regulação desse sistema por representantes da sociedade civil são interessantes, mas mostram nossa eterna desconfiança dos governos e uma crença na sabedoria de uma entidade que todos conhecem intelectualmente mas que ninguém sabe como funciona na prática: a sociedade civil.

A proposta apresentada pela SBPC e pela ABC, posteriormente apoiada pela

ANDIFES e pela UNE, surgiu como uma surpresa para as outras entidades. Apesar de já estar sendo discutida na SBPC pelo menos desde 2000, a proposta era desconhecida de um público mais amplo. Trata-se da reestruturação do ensino superior com a criação de um primeiro diploma de caráter mais geral, depois de dois ou três anos de estudos, evitando-se a especialização precoce dos jovens e possibilitando a escolha profissional depois de uma boa formação geral de nível universitário, em uma ou duas de quatro ou cinco grandes áreas do conhecimento (não confundir com o ciclo básico de outrora, nem com community colleges).

Estas e inúmeras outras idéias estão em discussão. O resultado de todo esse esforço é incerto, mas a oportunidade de mudar para melhor nos foi oferecida. O caminho, porém, é longo. Há dezenas de documentos legais a serem modificados, incluindo a Constituição (talvez), leis, decretos e portarias (Todorov, 1995 a). A Lei de Diretrizes e Bases tornou o caminho mais fácil ao eliminar os currículos mínimos dos cursos e a especificação de sua duração em anos. As novas Diretrizes Curriculares Nacionais são adequadas para as inovações propostas. Resta saber o que sobrarão do conceito de autonomia com as transformações em andamento (Todorov, 1996; Todorov & Nedel, 1996). Em todo o mundo crescem as pressões para a existência em todas as esferas de sistemas de accountability. Há que prestar contas. Continuarão as pressões para avaliação externa do rendimento escolar, em todos os níveis. O SINAES foi aprovado, apesar de mutilar o "Provão" (hoje até seus críticos têm saudade dele).

Outro limite à autonomia vem aí, com o sistema de quotas alterando o sistema de seleção por competência. Quotas, sejam elas estabelecidas por renda, raça, etnia, cor ou caráter da escola frequentada, implicam necessariamente em diferentes competências (Todorov & Martins, 1995; 1996). Para não ser um desastre, o sistema de quotas deve vir acompanhado de políticas compensatórias, como bolsas de estudos, cursos de reforço especiais, novas metodologias de ensino (Todorov, 1989 b; 1995 b; Todorov & Tavares, 1995; Todorov & Bursztyn, 1995).

Autor

¹ Doutor, professor do Mestrado em Psicologia. Foi Reitor da UnB (1993-1997) e Vice-Reitor (1985-1989). Aposentado na UnB, é Professor Titular da

Universidade Católica de Goiás. Contato: todorov@unb.br

Referências bibliográficas

- ANDIFES (2004). Reforma universitária: proposta da ANDIFES para a reestruturação da educação superior no Brasil. Brasília: ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, maio de 2004.
- FERNANDES, F. Universidade brasileira: reforma ou revolução? São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- GENRO, T. Enunciados sobre os princípios e as diretrizes da reforma da educação superior do Brasil. MEC, pronunciamento do Ministro da Educação, Tarso Genro, no dia 7 de junho de 2004 (www.mec.gov.br).
- GUIMARÃES, J. A. Programas e conteúdos. Cadernos do MEC, junho, pp. 16-19, 2004.
- HENRIQUES, R. & Lázaro, A. Financiamento. Cadernos do MEC, junho, pp. 36-42, 2004.
- MACULAN FILHO, N. O papel da universidade. Cadernos do MEC, junho, pp. 4-6, 2004.
- MOTA, R. Reformando o acesso e a permanência na universidade. Cadernos do MEC, junho, pp. 20-24, 2004.
- SCHMIDT, B. A autonomia universitária. Cadernos do MEC, junho, pp. 7-9, 2004.
- STEGER, H. As universidades no desenvolvimento social da América Latina. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.
- TODOROV, J. C. A universidade brasileira: crise e perspectivas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989. (a)
- _____, J. C. A qualidade que deve ter a universidade. Correio Braziliense, 20 de janeiro de 1989, p.18. (b)
- _____, J. C. A desconstitucionalização da educação. Correio Braziliense, 2 de fevereiro de 1995, p. 5. (a)
- _____, J. C. A hora do ensino a distância. Correio Braziliense, 22 de junho de 1995, p. 5. (b)
- _____, J. C. A situação das universidades. Correio Braziliense, 18 de abril de 1995, p. 5, 1995. (c)
- _____, J. C. As universidades e a pesquisa. A Província do Pará, 8 de setembro de 1995. (d)
- _____, J. C. Autonomia universitária, resgate de um modelo. Gazeta Mercantil, 15 de agosto de 1996, p. 5.
- _____, J. C. & Bursztyn, M. A universidade do século XXI!. Correio Braziliense, 30 de novembro de 1995, p. 5.
- _____, J. C. & Martins, D. A. C. O início do fim do vestibular na UnB. O Globo, 22 de dezembro de 1995.
- _____, J. C. & Tavares, I. Ensino a distância na UnB. Diário do Povo, Teresina, 4 de novembro de 1995.
- _____, J. C. & Versiani, F. Financiamento da pesquisa. O Globo, 25 de outubro de 1995.
- _____, J. C. & Aragão, R. Financiamento das universidades. Correio Braziliense, 15 de fevereiro de 1996, p. 5.
- _____, J. C. & Borges, M. M. Universidade e ensino superior. Correio Braziliense, 27 de setembro de 1996, p. 5.
- _____, J. C. & Martins, D. A. C. O ingresso na universidade. Correio Braziliense, 22 de novembro de 1996, p. 5.
- Todorov, J. C. & Nedel, R. G. (1996). Universidade pública e autônoma. Correio Braziliense, 22 de agosto de 1996, p. 5.
- _____, J. C. & Miranda, N. A. O financiamento do ensino superior. Correio Braziliense, 14 de março de 1997, p. 5.
- _____, J. C. & Weidle, E. Nem cartão, nem mesa-da. Correio Braziliense, 7 de fevereiro de 1997, p. 5.
- UNE, União Nacional dos Estudantes. Universidade em reforma. Movimento - Revista da União Nacional dos Estudantes (UNE), 10, março de 2004.